



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS Ata da 121ª reunião, realizada em 18 de junho de 2020

1 Em 18 de junho de 2020, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada
3 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a
5 presidente suplente Marília Carvalho de Melo, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público estadual: Tulliana Macedo Vasconcelos, da
7 Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Pedro D'Angelo
8 Ribeiro, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9 (Seapa); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de
10 Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Idelfonso Cunha Coutinho, da
11 Secretaria de Estado de Governo (Segov); Eva Irena Kurek, da Secretaria de
12 Estado de Saúde (SES); Carlos Eduardo Sales Alves Filho, da Secretaria de
13 Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Alcione Silva, da Secretaria de
14 Estado de Educação (SEE); Juliana Oliveira Zenateli, da Secretaria de Cultura de
15 Minas Gerais (Secult); Bergson Cardoso Guimarães, do Ministério Público do
16 Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder público municipal:
17 Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Eduardo
18 Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Jaqueline
19 Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal de Betim; Bruna de Souza Otoni, da
20 Prefeitura Municipal de Araçuaí; Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura
21 Municipal de São João do Manteninha; Lucas Santana Lopes, da Prefeitura
22 Municipal de Viçosa; Felipe Fernandes Guerra, da Prefeitura Municipal de Santa
23 Bárbara; Antônio Carlos Vidal Barra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba;
24 Gabriel Augusto Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de
25 Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos usuários de
26 recursos hídricos: Luiz Humberto de Freitas Souza, do Departamento Municipal
27 de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae); Renato Junio Constâncio, da
28 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da
29 Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva
30 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
31 (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de
32 Minas Gerais (Fiemg); Denes Martins da Costa Lott, do Instituto Brasileiro de
33 Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de
34 Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato das
35 Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da
36 Associação de Pescadores e Aquicultores do Sapucaí (Apas); Francisco de Assis
37 Lafeté Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da sociedade civil

38 ligada aos recursos hídricos: Maurício Marques Scalon, da Associação para
39 Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); José de Castro Procópio, do
40 Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Antônio Eustáquio Vieira, do Movimento
41 Verde de Paracatu (Mover); Marcos Miguel Temponi Godinho, do Conselho
42 Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Maria Antonieta Alcântara Mourão
43 e Danilo Carvalho de Almeida, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas -
44 Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de
45 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade
46 Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de
47 Uberaba (Uniube); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias
48 (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **Assuntos em pauta. 1)**
49 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
50 **ABERTURA.** A presidente suplente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a
51 121ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, justificou a
52 ausência do titular e fez a leitura de carta do Sisema que detalha os
53 procedimentos para a realização da reunião por meio de videoconferência. **3)**
54 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Valter Vilela Cunha: “Eu
55 tenho duas considerações que gostaria que fossem esclarecidas. No dia 3 de
56 junho de 2020, foi publicado o Decreto Estadual 47.972, que estabelece o
57 Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, e
58 esse decreto, o artigo 2º, fala que a implementação dos próximos Comitês deverá
59 ser aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu gostaria que
60 fosse feito um pequeno comentário de que se trata esse decreto, que para mim é
61 uma novidade. E a outra questão é que está tendo um pequeno movimento entre
62 alguns Comitês para que se deixe de fazer o pagamento pelo uso dos recursos
63 hídricos por falta de repasse desses recursos pelo Estado. Eu gostaria que isso
64 fosse um pouco comentado, porque nós da Peixe Vivo já mandamos alguns
65 ofícios para o IGAM, e o IGAM falou que isso dependeria da Secretaria de Estado
66 da Fazenda. Eu gostaria que isso fosse comentado porque o assunto está meio
67 preocupante entre os Comitês e entre as próprias quatro Agências de Bacia.”
68 Presidente Marília Carvalho de Melo: “O Procomitês é um programa da Agência
69 Nacional de Águas, que foi lançado já há algum tempo, se eu não me engano, em
70 2015 ou 2016, nos moldes do Progestão. O Progestão todos vocês conhecem,
71 inclusive, é ponto de pauta hoje, já passou por esta plenária algumas vezes. O
72 Procomitês é um programa da ANA de fortalecimento dos Comitês com repasse
73 de recurso para apoio ao funcionamento e ao aprimoramento das ações dos
74 Comitês de Bacia Hidrográfica. O primeiro passo para adesão do Estado ao
75 Procomitês é a publicação de um decreto do governo do Estado fazendo essa
76 adesão. Após essa adesão pelo decreto, inicia-se então um processo de
77 contratualização nos mesmos moldes do Progestão. Serão estabelecidas metas
78 dos Comitês de Bacia Hidrográfica, e o repasse de recurso acontece em função
79 dessas metas pactuadas. Isso vem para aprovação do Conselho Estadual de
80 Recursos Hídricos nos mesmos moldes em que o Progestão ocorreu. Eu fiz essa

81 explanação mais ampla e vou pedir ao Thiago que complemente aqui, se ele
82 entender necessário. E depois nós vamos para o segundo ponto.” Thiago
83 Figueiredo Santana/IGAM: “O Procomitês é um programa que nós estamos
84 trabalhando, que foi um pleito de alguns Comitês no Estado, até porque Minas
85 Gerais, anteriormente, não tinha aderido. Somente Minas Gerais e São Paulo,
86 dentre os Estados, não tinham aderido a esse programa. São R\$ 500 mil/ano para
87 serem investidos em Comitês de Bacia em nível de fortalecimento, capacitação
88 de conselheiros e aprimoramento da gestão participativa. Esse recurso, R\$ 500
89 mil divididos por 36 Comitês, o rateio dá um recurso muito reduzido de
90 investimento. A nossa ideia – e o trabalho está sendo conduzido dessa forma – é
91 o IGAM trabalhar na adesão ao Procomitês com os Comitês que ainda não
92 iniciaram ou não implementaram a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Hoje
93 a cobrança é uma obrigação a todos os Comitês do Estado, principalmente por
94 um decreto governamental emitido em fevereiro que emite um prazo de dois anos
95 aos Comitês de Bacia para implementação de instrumento. E esse recurso vem
96 para fortalecer essas ações nesses Comitês para que eles possam, ao nível de
97 uma propulsão pelo Estado, nessa parceria com a ANA, cumprir a sua obrigação
98 e qualificar o capital social ali inserido.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
99 “Sobre a cobrança pelo uso da água, nós tivemos uma reunião com a Cofin, todo
100 o Sisema, no dia 27 de maio, para discutir as questões orçamentárias e
101 financeiras do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Dentre
102 eles, um dos temas discutidos foi o repasse da cobrança pelo uso da água. O que
103 nos foi pedido pela Secretaria de Fazenda e pela Secretaria de Planejamento,
104 que coordena a Cofin, junto com a Secretaria de Governo? Nós estamos fazendo
105 uma proposta de repasse de recursos para todas as entidades equiparadas, a
106 AGB Peixe Vivo, inclusive. A nossa avaliação de desembolso que está sendo
107 encaminhada à Secretaria de Fazenda e à Seplag foi baseada em algumas
108 premissas. Primeiro, aquelas Agências em que os 7,5% já estão chegando
109 próximo ao limite, para que não prejudique a questão do custeio. Segundo, o
110 Comitê do Pará, por exemplo, que não recebeu nenhum tipo de recurso ainda em
111 relação ao investimento, está estabelecido como uma das prioridades. E aí as
112 demais ordens foram estabelecidas em função dos recursos de investimento que
113 se têm em caixa nas entidades equiparadas. Essa nota técnica foi preparada por
114 nós no IGAM, deve ser encaminhada no máximo até o final desta semana para a
115 Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Planejamento, para avaliação e início do
116 desembolso desses recursos. Nós temos tanto na Bacia do Doce quanto na Bacia
117 do Velhas um acordo assinado, inclusive, com o Ministério Público que estabelece
118 essa sistemática de repasse desses recursos. Nós sabemos que, de fato, esses
119 recursos deveriam ter um fluxo contínuo, mas também é de conhecimento de
120 todos a condição financeira do Estado de Minas Gerais. Então nós estamos
121 buscando junto com todo o governo minimizar esses impactos, considerando que
122 algumas entidades equiparadas – como por exemplo o Ibio, que agora abriu mão
123 da condição de entidade delegatária; nós estamos fazendo uma transição para

124 uma nova entidade –, têm recursos da ordem de R\$ 100 milhões em caixa, sem
125 execução. Então essa questão já está sendo tratada, e em breve nós vamos fazer
126 um comunicado oficial aos Comitês que têm cobrança e às entidades equiparadas
127 com essa previsão dos próximos passos.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães:
128 “Nós estamos mais aliviados com essa notícia que você está dando, Marília,
129 porque a questão que eu ia colocar era justamente essa preocupação com relação
130 ao repasse dos recursos para as entidades delegatárias, em função do grave
131 momento que as entidades estão passando. Eu, que participo da Agência Peixe
132 Vivo, tenho acompanhado o esforço que tem sido feito para reduzir custos, já com
133 redução de pessoal, fechamento de escritórios. A questão do Pará, que você
134 comentou, que é uma situação gravíssima. E realmente essa notícia nos dá pelo
135 menos uma possibilidade de uma luz no fim do túnel. Nós sabemos do seu
136 empenho e do IGAM em relação a buscar uma solução para esse problema, mas
137 realmente é uma situação que, em 2020, é preciso achar um caminho, porque
138 realmente, mantida a condição que nós temos, eu acredito que vai ser muito difícil
139 as entidades conseguirem manter esse serviço até o final do ano. Então que bom
140 que esse caminho já está sendo tratado, e esperamos então, ansiosamente,
141 notícias em relação a essa negociação com a Secretaria da Fazenda.”
142 Conselheiro José de Castro Procópio: “Eu queria também reforçar essa questão
143 do repasse. Que bom saber que está sendo discutido. E a questão do caixa me é
144 preocupante porque, na realidade, esse dinheiro não pertence ao Estado, então
145 não poderia estar no caixa único. Isso é algo que tem que ser resolvido com uma
146 certa urgência, como já foi discutido várias vezes. Então é a resposta é
147 parcialmente positiva, porque na realidade não vemos nenhuma movimentação
148 de separação desse recurso do caixa único. Isso é algo que tem que ser
149 enfrentado com muita urgência. Isso cai também na questão dos 7,5%. O fato de
150 ter recurso em caixa não significa dizer que o recurso existente vai viabilizar o
151 funcionamento da Agência. Então eu reforço as palavras do Valter e do Nelson
152 para com essa preocupação. Uma outra questão que eu queria trazer à tona é a
153 questão do cadastro das entidades ambientalistas, que o site está fora do ar
154 desde antes do vencimento do prazo prorrogado. Uma total indefinição e sem
155 resposta às entidades ou uma publicação no próprio site que oriente como serão
156 os procedimentos a seguir. É uma preocupação que está acontecendo com várias
157 entidades que não conseguiram se cadastrar, inclusive, o próprio Instituto
158 Guaicuy. Em função de vários fatores, inclusive da Covid. Nós fomos obrigados a
159 nos afastar da nossa sede no Projeto Manuelzão, em função de recomendação
160 da universidade, a partir do dia 16 de fevereiro. O acesso lá é restrito, e tem muitos
161 arquivos que estão lá. Fomos prejudicados por isso e pelo fato de o site estar fora
162 do ar, inclusive até agora, que eu acabei de tentar entrar para ver se já tinha
163 voltado.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Em relação à cobrança pelo uso
164 da água, a informação que eu tinha para passar eu trouxe para vocês. Nós temos
165 aqui também conselheiros representantes da Secretaria de Planejamento, que
166 podem complementar. Em relação ao caixa único, é uma dinâmica de governo.

167 Na verdade, todo recurso que é arrecadado pelo Estado entra no caixa único. Não
168 significa que o caixa único é algo que prejudica o fluxo desse recurso. O que nós
169 precisamos é acertar o fluxo desse recurso. Sobre o cadastro das entidades
170 ambientalistas, eu até pedi informação aqui e vou repassar também para o
171 pessoal da SEMAD essa sua solicitação. O site está fora do ar, nós tivemos um
172 problema no servidor do Sisema. Outros devem ter visto que não é só no cadastro
173 de entidades ambientalistas, mas diversos sistemas do Sisema estão ou
174 estiveram fora do ar. Alguns estão sendo recuperados, como o Sistema de
175 Licenciamento Ambiental, o próprio sistema de outorga, o Infohidro. Nós já
176 estamos fazendo ações para retomar esses sistemas. Especificamente sobre a
177 questão de cadastro das entidades ambientalistas, nós vamos repassar à SEMAD
178 essa sua colocação.” Conselheira Tuliana Macedo Vasconcelos: “Só para
179 complementar mesmo essa questão do caixa único. Uma vez que são recursos
180 públicos, entram no caixa único mesmo, não tem como se criar uma conta
181 específica. Mas contabilmente isso é tudo registrado junto com a Secretaria da
182 Fazenda, tem todo um controle. O dinheiro não some. Está tudo no caixa único,
183 mas, contabilmente, está tudo registrado, e sabe-se direitinho de quem é e para
184 o quê. A questão mesmo é a situação financeira do Estado, que já vem de uma
185 situação muito complicada há muito tempo, e especialmente este ano já
186 estávamos com corte orçamentário no princípio do ano. E agora, com o decreto
187 de programação orçamentária, com a Covid, nós tivemos que alterar os limites
188 orçamentários, porque a expectativa de queda de arrecadação é gigantesca, de
189 R\$ 7 bilhões, mais ou menos. Então é mesmo uma questão financeira, fiscal. Não
190 só aqui, mas todos os órgãos estão passando por uma situação bem complicada.”

191 **4) EXAME DA ATA DA 120ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por unanimidade a
192 ata da 120ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
193 realizada em 13 de dezembro de 2019, com as seguintes correções: – Linha 94,
194 onde está escrito “agradeceu”, leia-se “agradecer”; – Linha 844, onde está escrito
195 “sódio”, leia-se “sólido”. Votos favoráveis: SEMAD, Seplag, Sede, Segov, SES,
196 Secult, Ministério Público, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Araçuaí,
197 Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva,
198 Dmae Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Ibram, Abragel, Siamig, Apas, IABr,
199 Instituto Guaicuy, Mover, CRBio, Crea, Abes, UFU e Uniube. Abstenções: Seapa,
200 Seinfra, SEE, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Betim, Prefeitura de São João
201 do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Fiemg, Angá, Abas e UFMG. Ausência:
202 Prefeitura de Patrocínio. Os conselheiros que se abstiveram de votar justificaram
203 as abstenções por não terem participado da reunião. Destaque da Universidade
204 Federal de Uberlândia. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Não é exatamente
205 sobre o conteúdo da ata. Na linha 1.190. É de conhecimento público o rompimento
206 de um reservatório em uma fazenda próximo do município de Perdizes. Eu gosto
207 muito do termo que é utilizado, que é ‘reservatório para irrigação’. E o que me
208 preocupa, na verdade, não é o conteúdo que está na ata, mas se o procedimento
209 continuará sendo esse. Eu vou explicar o porquê da minha preocupação, Marília.

210 Apesar de concordar com o que você colocou na ata, de ser responsabilidade de
211 uma ART, é uma obra de engenharia, portanto, cabe uma responsabilidade a
212 quem executou para responder pelo infeliz incidente que ocorreu, mas os danos
213 ambientais causados não são comparáveis ao rompimento de uma caixa d'água
214 que responsabilizaria a Copasa como aquilo que você colocou aqui na ata. Eu
215 creio que nós estamos comparando coisas que não são comparáveis, pela
216 magnitude das consequências que um rompimento desse pode causar. Então eu
217 gostaria de saber se a política será continuada dessa maneira. Se é uma obra de
218 engenharia comum, se é tratada dessa maneira comum ou, exatamente por tratar
219 da reservação de água, de uma água que é captada, portanto, através de uma
220 permissão de uso, de outorga, se isso continuará sendo tratado dessa maneira.
221 Como uma obra de engenharia comum ou se terá implicações. Afinal, o seu
222 rompimento causou implicações em quantidade e qualidade da água. E as
223 consequências desse rompimento só não foram maiores porque, felizmente, uma
224 outra obra, aí, sim, uma barragem – uma barragem fiscalizada, creio eu –,
225 conseguiu suportar a chegada de – pelo que consta das informações – cerca de
226 1 milhão de litros de água.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Nós temos que
227 tomar alguns cuidados – essa é a nossa avaliação enquanto IGAM – de não
228 extrapolar as competências legais das instituições. O Sistema de Recursos
229 Hídricos, como muito bem você sabe, tem a responsabilidade de gestão do uso
230 da água bruta superficial ou subterrânea no seu ambiente natural. A Política
231 Nacional de Segurança de Barragens trouxe para o Sistema de Recursos
232 Hídricos, para o órgão outorgante, a responsabilidade de gestão de segurança de
233 barragens para usos múltiplos, excetuando geração de energia, que é
234 responsabilidade da Aneel. Esses reservatórios, piscinões, diversos nomes que
235 são designados para esse tipo de estrutura – que, inclusive, rompeu agora há
236 pouco tempo realmente com danos ambientais significativos –, não são
237 intervenções realizadas no corpo d'água. Portanto, não cabe ao Sistema de
238 Recursos Hídricos autorizar essas intervenções. São intervenções realizadas fora
239 do corpo d'água, através de uma captação no curso d'água – passível de outorga
240 –, e essas estruturas são alimentadas para que a reservação da água seja
241 realizada. Existe uma decisão liminar em função de uma ação civil pública do
242 Ministério Público, proposta pelo promotor de Justiça Athaide, da região Noroeste,
243 coordenador do Noroeste, que hoje obriga, em todas as outorgas de captação em
244 rios que sirvam para encher piscinões, que o IGAM deve exigir os documentos
245 construtivos dessas estruturas e ART no âmbito do processo de outorga. A nossa
246 avaliação – e nós já estamos conversando com ele sobre isso – é que de fato
247 essa responsabilidade para avaliar a estrutura, o projeto e a obra de engenharia
248 não é do IGAM. O IGAM não tem competência na 13.199 nem nas leis seguintes
249 de competências, no decreto de competências do IGAM nem do Sistema de
250 Recursos Hídricos para esse tipo de avaliação de obra de engenharia. Então essa
251 é, sim, a nossa posição, o que não significa que todas as medidas para
252 responsabilização em relação ao dano ambiental não devam ser feitas. Elas são

253 feitas. Isso é um outro âmbito, o âmbito da legislação ambiental. Nesse caso,
254 especificamente, a equipe do Núcleo de Emergência Ambiental do IGAM
255 acompanhou. Como você disse, tinha uma outra barragem, uma barragem a
256 jusante que segurou parte dessa água que escoou desse piscinão. E todas as
257 medidas administrativas foram tomadas, tanto em termos de infrações ambientais
258 pertinentes como também a necessidade de recuperação dos danos ambientais
259 ocorridos. Então nós entendemos que são coisas distintas, complementares, sim,
260 mas distintas. E por isso o entendimento do IGAM é que, de fato, não devemos
261 trazer essa competência para uma avaliação de um projeto e de uma obra de
262 engenharia de uma estrutura de armazenamento de água fora do curso d'água
263 para o Sistema de Recursos Hídricos. Esse é o entendimento do IGAM hoje.”
264 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu concordo. Partindo do pressuposto de que
265 não se trata de uma barragem, mas de uma obra de engenharia, não se aplica,
266 claro, a legislação sobre segurança de barragens. Não é exatamente essa
267 questão que eu estou focando nem pedindo atenção do Conselho. A competência
268 de fiscalização não é do IGAM, tem outros mecanismos para definição dessa
269 competência. O Crea, inclusive, eu creio que responda por isso. A questão que
270 eu estou colocando, que inclusive você acabou de citar, é que apenas os
271 piscinões, os reservatórios, que são preenchidos com água captada por outorga
272 superficial, mas existem vários aqui na região que são preenchidos com água
273 captada de poços e que não estão, me parece, abrangidos por essa liminar ou
274 sob algum tipo de fiscalização. E são grandes reservatórios. Aqui nós estamos
275 falando de água. Independente se é um reservatório, se é uma obra de
276 engenharia, nós estamos falando sobre uso de água.” Presidente Marília Carvalho
277 de Melo: “Eu realmente estou tirando essa dúvida aqui, porque eu acho que a
278 decisão não limita a água superficial, menciona todas as outorgas que servirem
279 para encher piscinões. Vincula a decisão da liminar, sim. O Marcelo está
280 confirmando a informação que eu estou te passando, é isso mesmo, não tem
281 limitação na liminar para água superficial e subterrânea. Então a todas as
282 outorgas que são solicitadas para encher piscinão essa exigência é aplicada.”
283 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Obrigado, mas eu espero voltar com uma
284 coisa mais consistente a respeito da fiscalização dos danos ambientais
285 prováveis.” Conselheiro Marcos Miguel Temponi Godinho: “O Crea apenas
286 regulamenta as atribuições profissionais, não se envolve diretamente no âmbito
287 da legalidade do assunto, a quem é de direito. O Crea apenas regulamenta as
288 atribuições e fiscaliza, obviamente, a responsabilidade técnica do profissional.”
289 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Conselheiro Marcos, obrigado pelas suas
290 considerações. Eu só queria fazer uma ponderação em relação à sua fala, porque
291 é competência do Crea a fiscalização do exercício profissional, e dessa forma, a
292 partir do momento em que há uma falha numa estrutura projetada por um
293 profissional da área, há um problema de exercício profissional. Então é nessa
294 linha que nós temos, de fato, defendido que a fiscalização do exercício profissional
295 em obras de engenharia vinculadas a recursos hídricos é bastante importante.” 5)

296 **DELIBERAÇÕES CERH PARA REFERENDUM. 5.1) Deliberação CERH nº 436,**
297 **de 29 de abril de 2020, que aprova a autoavaliação das metas estaduais**
298 **referentes ao 1º período do Ciclo 2 do Programa de Consolidação do Pacto**
299 **Nacional pela Gestão das Águas. Publicada no Diário Oficial de Minas Gerais**
300 **no dia 30 de abril de 2020, Caderno 1, Diário do Executivo, páginas 20 a 22.**
301 **Processo SEI 2240.01.0001088/2020-35. Apresentação: Assessoria de**
302 **Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).**
303 Deliberação CERH referendada por unanimidade após apresentação do Plano
304 Plurianual revisado com sugestões apontadas pelo Dmae Uberlândia. Votos
305 favoráveis: SEMAD, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult,
306 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura
307 de Araçuaí, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa,
308 Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva,
309 Prefeitura de Patrocínio, Dmae Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg,
310 Ibram, Abragel, Siamig, Apas, IABr, Angá, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio, Crea,
311 Abas, Abes, Uniube e UFMG. Abstenção: Ministério Público e UFU. Declaração
312 de voto. Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Favorável, desde que
313 sejam constadas em ata as revisões que foram apresentadas.” Esclarecimentos
314 solicitados pelo Dmae Uberlândia em e-mail enviado ao IGAM sobre a
315 autoavaliação. Lílian Domingues/IGAM: “Eu compartilho com vocês aqui algumas
316 questões que foram levantadas da autoavaliação. É muito grande, então não dá
317 para apresentar tudo. Todos vocês receberam. Eu vou citar apenas as
318 considerações que nós recebemos. Sobre algumas variáveis, 1.9, 3.8, 4.7, foi dito
319 que as justificativas estavam cortadas. Como não foi possível mandar em Excel,
320 quando gerou-se o PDF para ficar adequado para envio, foram cortadas partes
321 das justificativas. Mas nós resolvemos isso e encaminhamos para os conselheiros
322 que solicitaram, e está disponível também. Para quem quiser, a gente encaminha.
323 Na variável 2.4, do Plano Estadual, foi questionado o valor atribuído, a nota
324 atribuída. Para essa variável, foi a nota 4. É importante ressaltar que a planilha
325 tem critérios de nota para cada uma das metas estaduais. E no caso do Plano
326 Estadual vai até o critério 5. A nota atribuída foi 4. Só para justificar por que foi
327 atribuída a nota 4, é importante ressaltar que o preenchimento da autoavaliação
328 foi realizado com os técnicos do IGAM responsáveis por cada uma das metas,
329 com aprovação do gerente da área, dos diretores, avaliação final da Diretoria
330 Geral. E a área técnica de planos, que é gerenciada pela Maria de Lourdes, e toda
331 a equipe atribuíram nota 4 pelo seguinte: existe um Plano Estadual de Recursos
332 Hídricos vigente, mas o grau de implementação é insatisfatório, de 10% a 30% de
333 ações implementadas. A nota anterior, o critério interior mais baixo diz que existe
334 o Plano, que precisa de revisão, e que a implementação é incipiente. Então de
335 acordo com a avaliação da área técnica a implementação do Plano Estadual está
336 entre 10% e 30%, o que é muito baixo. No entanto, a nota máxima que poderia
337 ser atribuída é que o Plano está sendo implementado em mais de 30% das ações.
338 A área técnica entendeu que está entre 10% e 30%, e, inclusive, vai ser

339 apresentada hoje, no relatório de indicadores de governança, uma avaliação do
340 grau de implementação dos Planos. E o Plano Estadual está na lista de atividades
341 do IGAM para serem realizadas. Então nós vamos ter um número mais exato para
342 apresentar. Mas a avaliação técnica da área que coordena a implementação
343 atribuiu essa nota, então por isso foi repassado dessa forma. Só para vocês
344 entenderem, porque muitas vezes achamos que a nota está alta ou está baixa,
345 mas nós temos esses critérios para seguir. Então é essa a justificativa. A outra
346 questão foi sobre a fiscalização. Na consideração do conselheiro, ele achou que
347 a nota estava alta, e o procedimento foi o mesmo. Ele coloca que há inúmeras
348 dificuldades estruturais, então por isso deveria ter uma nota um pouco mais baixa.
349 O que acontece no caso da fiscalização? No caso da fiscalização, a nota vai até
350 4, que é a maior nota. Mas olha o que temos dos dizeres do critério. 'A fiscalização
351 dos usuários de recursos hídricos atrelada ao processo de regularização do uso
352 da água, cadastramento, outorga, estrutura específica e planejamento ou
353 programação regular para desenvolvimento das ações'. A nota anterior, que é a
354 nota 3, diz que não há planejamento ou programação regular para fiscalização.
355 Mas acontece que nós temos, a fiscalização que é realizada hoje conta com o
356 PAF, que é o Plano Anual de Fiscalização, e na autoavaliação tem, inclusive, o
357 endereço em que vocês podem entrar para visualizar os relatórios de fiscalização
358 que são realizados. Então não caberia atribuição da nota 3, por isso foi dada nota
359 4. É claro que a estrutura específica pode melhorar. Foi falada da questão de
360 número de servidores e tudo mais. Mas existe uma estrutura específica, existe o
361 processo de fiscalização atrelado à regularização, e existe também o
362 planejamento regular. Então a justificativa para manutenção da nota foi essa. E o
363 resultado final da autoavaliação. O que está em vermelho são as notas atribuídas
364 ao que não conseguimos alcançar do que foi colocado como meta. Todas essas
365 que estão em vermelho são atividades que precisam ser alcançadas até 2023. É
366 importante falar que, mesmo para as notas já alcançadas, tem que ter um trabalho
367 do IGAM para manutenção, inclusive, dos requisitos que foram solicitados. Então
368 nós trabalhamos em todas as metas estaduais para a manutenção desse nível. E
369 essa nota pode mudar. Por exemplo, no caso do Plano Estadual, após o estudo
370 que foi feito, mesmo sendo minucioso, se entendermos que está abaixo de 10%,
371 voltamos a nota para 3. No caso das outras metas, a mesma coisa. É importante
372 falar também do Plano Plurianual de Aplicação, porque ele foi encaminhado
373 juntamente com a autoavaliação, e foram feitos alguns questionamentos. No caso
374 do Plano Plurianual, houve questionamento sobre a previsão de aquisição e não
375 de locação de equipamentos, e foi solicitado também que fosse dada uma
376 explicação melhor sobre o saldo remanescente. Foi feito questionamento desse
377 item em amarelo, e a nossa previsão é para que em 2022 houvesse aquisição de
378 veículos para fiscalização de barragens. O que foi respondido para o conselheiro?
379 Também para esclarecer para todos. A modalidade, seja aquisição ou locação,
380 vai ser definida no momento da contratação. Esse é um planejamento que virá
381 todos os anos, até 2023 e a partir de agora. Antes nós só trazíamos para o

382 Conselho Estadual a autoavaliação para ser aprovada e agora, anualmente,
383 vamos trazer também o Plano Plurianual. Esse primeiro com planejamento. Então
384 nós planejamos para 2020 essa execução e vamos buscar executar com os
385 recursos do Progestão. E ano que vem a gente volta para apresentar o que foi
386 realizado, o que foi modificado. Depois de aprovado aqui no Conselho, vai para a
387 Agência Nacional para acompanhamento. É importante ressaltar – eu até gostaria
388 que constasse em ata – que estamos apresentando novamente o Plano
389 Plurianual, porque foi necessário fazer duas alterações nos valores de diária e de
390 aquisição de equipamento de material permanente para equipamentos de
391 monitoramento de água subterrânea. Por quê? O Progestão prevê uma execução,
392 e se for menor que 50% do valor planejado a gente perde 4% do recurso que vai
393 ser recebido. Em função disso, a própria Agência Nacional de Águas nos alertou,
394 e nós fizemos essa pequena alteração para que não houvesse essa perda. Nós
395 vamos buscar executar, e pode acontecer também de não executarmos mais de
396 50% e perdermos. Mas nós vamos tentar. Então foi feita essa pequena alteração
397 para adequar os valores. Nos anos seguintes, a previsão de gasto e desembolso
398 é até maior, então não teve problema. Então são só essas duas alterações em
399 azul. Sobre a questão dos valores remanescentes que foi questionada, esse
400 saldo, foi acrescentado no documento enviado à Agência Nacional e depois vai
401 ser encaminhado para vocês. A partir do ano que vem, nós vamos colocar sempre
402 esse alerta. Esse saldo é do contrato do primeiro ciclo, R\$ 699.000, o que sobrou
403 do contrato 035/2014. Como a conta do Progestão é uma conta específica, tudo
404 que recebermos a partir de agora vai cair na mesma conta, então entra no nosso
405 planejamento. Dando sequência, é o que eu falei sobre os 4%, e agora vamos
406 trazer, além da aplicação dos recursos, a autoavaliação. Isso tem impactos no
407 repasse. E esse critério, para ficar bem claro, antigamente a autoavaliação valia
408 50% do valor do recurso e agora vai valer 25%, enquanto o Plano Plurianual vale
409 outros 25%. Então o Conselho Estadual é responsável pela certificação dessas
410 metas estaduais através da autoavaliação e também vai certificar os
411 investimentos que estão sendo declarados com o Plano Plurianual de Aplicação.”
412 Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “A respeito da planilha da
413 autoavaliação, eu tinha comentado, quando foram apresentadas as questões, que
414 a nota é engessada, o comentário da nota, aquilo que atribui a nota, é engessado.
415 Mas as justificativas não. Eu tinha apontado algumas questões que, a meu ver,
416 eram divergentes em relação à nota e pedi para que fossem apresentadas nas
417 justificativas. Isso foi feito?” Lílian Domingues/IGAM: “Como eu falei na
418 apresentação, as justificativas foram apontadas pela área técnica. E quando você
419 colocou nós esclarecemos. Eu até deixei na apresentação. Sobre o Plano
420 Estadual, ‘esta variável deve ser revisada para baixo, pois deve-se considerar o
421 atraso da avaliação da execução das metas do PERH, bem como uma possível
422 necessidade de revisão desse instrumento’. Na justificativa, a gente fala, inclusive,
423 que vai ser feito o estudo de implementação do PERH. A previsão é de que fosse
424 iniciada a aplicação dessa metodologia neste ano de 2020. Então no Plano

425 Estadual de Recursos Hídricos nós sabemos da baixa execução, só que nas
426 próprias metas, nas variáveis que estão previstas, tem menos de 10%, entre 10%
427 e 30% e mais de 30%. Nós estamos entre 10% e 30%, ou seja, estamos com
428 execução das metas do PERH. E o que a justificativa trouxe é que será feito um
429 estudo minucioso sobre a implementação para ter efetivamente um percentual
430 mais próximo da realidade. Como foi feito pela área técnica, eu achei que isso já
431 estava respondendo à sua consideração. E no caso da fiscalização você fala que
432 'há inúmeras dificuldades estruturais que interferem na efetividade da
433 fiscalização, baixo efetivo de servidores, poucos veículos e equipamentos',
434 sugerindo que a nota atribuída fosse revisada. Nesse caso, o que está previsto
435 na justificativa é dizendo que está atrelado com a questão da regularização, mas
436 que existe o planejamento anual de acordo com a área específica da fiscalização.
437 Então também não houve a necessidade de colocar. Nós sabemos que todos eles
438 precisam melhorar. Podemos melhorar a fiscalização, temos que melhorar a
439 execução do Plano Estadual e não quisemos mexer na revisão feita pela área
440 técnica justamente porque está justificando o critério que tem da ANA." Thiago
441 Figueiredo Santana/IGAM: "Nós encaminharemos essa planilha atualizada para
442 todos os conselheiros, para registro." Lílian Domingues/IGAM: "Eu só queria pedir
443 que constasse em ata que foi apresentado para os conselheiros o Plano
444 Plurianual revisado." **5.2) DELIBERAÇÃO CERH Nº 437, DE 28 DE MAIO DE**
445 **2020, QUE APROVA A PROPOSTA DE DECRETO QUE REGULAMENTA A**
446 **COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS. Publicada no Diário**
447 **Oficial de Minas Gerais no dia 30 de maio de 2020, Caderno 1, Diário do**
448 **Executivo, página 19. Processo SEI 2240.01.0001415/2020-33. Apresentação:**
449 **Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de**
450 **Recursos Hídricos - DGAS/IGAM. Deliberação CERH referendada por**
451 **unanimidade. Votos favoráveis: SEMAD, Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES,**
452 **Seinfra, SEE, Secult, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte,**
453 **Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de São João do Manteninha,**
454 **Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba,**
455 **Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, Dmae Uberlândia, Cemig, Copasa,**
456 **Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Apas, IABr, Instituto Guaicuy, Mover,**
457 **Crea, Abas, Abes, UFU, Uniube e UFMG. Abstenção: Ministério Público.**
458 **Ausências: Angá e CRBio. Declaração de voto. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi:**
459 **"Considerando a excepcionalidade do momento que vivemos, favorável. Mas**
460 **solicito à Secretaria a revisão dos números apresentados na apresentação." 6)**
461 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH PARA REFERENDUM. 6.1) Deliberação**
462 **Normativa CERH nº 64, de 20 de maio de 2020, que prorroga a data de**
463 **encerramento dos mandatos das diretorias dos Comitês de Bacias**
464 **Hidrográficas que tomaram posse no ano de 2018, em razão do Decreto**
465 **Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, de Calamidade Pública em todo**
466 **o território de Minas Gerais. Publicada no Diário Oficial de Minas Gerais no**
467 **dia 22 de maio de 2020, Caderno 1, Diário do Executivo, Página 8. Processo**

468 **SEI 2240.01.0001238/2020-59. Apresentação: DGAS/IGAM.** Deliberação CERH
469 referendada por unanimidade. Votos favoráveis: SEMAD, Seplag, Seapa, Sede,
470 Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, Ministério Público, Prefeitura de Itabirito,
471 Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura
472 de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara,
473 Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, Dmae
474 Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Apas, IABr,
475 Instituto Guaicuy, Mover, CRBio, Crea, Abas, Abes, UFU, Uniube e UFMG.
476 Ausência: Angá. **7) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH PARA**
477 **EXAME E DELIBERAÇÃO. 7.1) Minuta de Deliberação Normativa CERH que**
478 **estabelece diretrizes, modalidades e procedimentos para o reúso direto de**
479 **água não potável, proveniente de Estações de Tratamento de Esgotos**
480 **Sanitários (ETE) de sistemas públicos e privados e dá outras providências.**
481 **Processo SEI 2240.01.0000153/2020-60. Apresentação: DGAS/IGAM.**
482 Deliberação Normativa aprovada por unanimidade. Votos favoráveis: SEMAD,
483 Seplag, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, Secult, Ministério Público, Prefeitura
484 de Belo Horizonte, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de São João do Manteninha,
485 Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba,
486 Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Patrocínio, Dmae Uberlândia, Cemig, Copasa,
487 Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, IABr, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio,
488 Crea, Abas, Abes, UFU, Uniube e UFMG. Ausências: SEE, Prefeitura de Itabirito,
489 Prefeitura de Betim, Apas e Angá. **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
490 **EXAME E DELIBERAÇÃO. 8.1) Processo de outorga de direito de uso de**
491 **recursos hídricos de grande porte e com potencial poluidor nº 9150/2018, da**
492 **Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Conceição do Mato Dentro/MG.**
493 **Processo SEI 1370.01.0007792/2019-91. Apresentação: Supram**
494 **Jequitinhonha.** Outorga concedida por unanimidade. Votos favoráveis: SEMAD,
495 Seplag, Seapa, Segov, SES, Secult, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de
496 Araçuaí, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura
497 de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, Cemig,
498 Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, IABr, CRBio, Crea, Abas, Abes,
499 UFU e Uniube. Abstencões: Dmae Uberlândia, Instituto Guaicuy e Mover.
500 Ausências: Sede, SEE, Seinfra, Ministério Público, Prefeitura de Itabirito,
501 Prefeitura de Betim, Prefeitura de Itapeva, Apas, Angá e UFMG. Justificativas de
502 abstencões. Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Neste caso eu prefiro
503 me abster por não ter participado das discussões.” Conselheiro José de Castro
504 Procópio: “Eu não tive tempo realmente de estudar o caso. Embora a lei preveja
505 o prazo legal para o Comitê, eu me sinto mal em votar por uma outra Bacia sem
506 um parecer do Comitê. Eu prefiro me abster.” Conselheiro Antônio Eustáquio
507 Vieira: “Eu não li detalhadamente o processo para ter maiores conhecimentos
508 sobre ele. E segundo pela incapacidade do Comitê de ter cumprido o seu papel
509 na análise dessa outorga.” **8.2) Processo de outorga de direito de uso de**
510 **recursos hídricos de grande porte e com potencial poluidor Nº 16775/2015,**

511 **da Vale S/A. Processo SEI 2240.01.0002179/2019-69. Apresentação:**
512 **Gerência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos (Gerur/IGAM).** Outorga
513 concedida por maioria, nos termos do parecer técnico do IGAM. Votos favoráveis:
514 SEMAD, Seplag, Seapa, Segov, Secult, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo
515 Horizonte, Prefeitura de São João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara,
516 Prefeitura de Rio Pomba, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig,
517 IABr, CRBio, Crea, Abas e Abes. Voto contrário: Prefeitura de Patrocínio.
518 Abstenções: Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Dmae Uberlândia e UFU.
519 Ausências: Sede, SES, Seinfra, SEE, Ministério Público, Prefeitura de Betim,
520 Prefeitura de Itapeva, Apas, Angá, Instituto Guaicuy, Mover, Uniube e UFMG.
521 Justificativas de abstenções e de voto contrário. Conselheira Bruna de Souza
522 Otoni: “Não me convenceu o que foi colocado pela empresa dentro do estudo,
523 então eu prefiro não votar nem a favor nem contra.” Conselheiro Lucas Santana
524 Lopes: “Eu vou me abster do voto porque tive problemas técnicos, fiquei fora um
525 tempo e perdi parte da discussão.” Conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira: “Meu
526 voto é contrário ao rebaixamento, e a justificativa é porque aqui na nossa região
527 de Patrocínio essa questão traz um grande prejuízo para as comunidades
528 circunvizinhas. Também não concordamos com os monitoramentos feitos pela
529 própria empresa, tendo em vista que fazem de acordo com suas conveniências.”
530 Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Abstenção face as complexidades
531 hidrogeológicas apresentadas.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu vou me
532 abster porque considero que nós temos que aprovar primeiro as condicionantes
533 para saber se elas alterarão ou não o resultado geral do processo.” Aprovada por
534 maioria nova redação para a condicionante h) do parecer técnico do IGAM,
535 proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte, nos seguintes termos: “Apresentar
536 proposta de adensamento das redes de monitoramento hidrológico e
537 hidrogeológico e respectivo cronograma de implantação, a fim de melhor
538 caracterizar o avanço do rebaixamento e suas possíveis interferências causadas
539 na área de influência da mina, em especial no regime das surgências hipotermiais
540 e das captações do município, utilizadas para abastecimento público. Prazo: 180
541 dias da publicação da portaria de outorga.” Votos favoráveis: SEMAD, Seplag,
542 Segov, Secult, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de
543 São João do Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba,
544 Cemig, Copasa, IABr, CRBio, Crea, Abas, Abes e UFU. Votos contrários: Seapa,
545 Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig. Abstenções: Prefeitura de Viçosa e Dmae
546 Uberlândia. Ausências: Sede, SES, Seinfra, SEE, Ministério Público, Prefeitura de
547 Patrocínio, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itapeva, Apas,
548 Angá, Instituto Guaicuy, Mover, Uniube e UFMG. Justificativas de abstenções e
549 de voto contrário. Conselheiro Pedro D’Angelo Ribeiro: “Eu sou contrário porque
550 acredito que a condicionante já está acobertada pelas condicionantes
551 apresentadas no relatório técnico do licenciamento da outorga.” Conselheiro
552 Lucas Santana Lopes: “Uma vez que eu me abstive na anterior, eu vou me abster
553 novamente.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Contra, pelo mesmo

554 motivo apresentado pelo Pedro.” Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira: “Contra.
555 A mesma (justificativa) apresentada pelo Guilherme e pelo conselheiro anterior,
556 de que a condicionante estabelecida já contempla a necessidade do processo.”
557 Conselheiro Denes Martins da Costa Lott: “Contrário porque, no nosso
558 entendimento, o tema extrapola a outorga e está contemplado no licenciamento.”
559 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Só uma questão de ordem. Não extrapola
560 a questão da outorga, se não a gente não colocaria em votação. Houve apenas
561 um ajuste de redação na condicionante que foi anteriormente colocada pelo
562 IGAM, para maiores esclarecimentos. Mas, se extrapolasse, eu, inclusive,
563 presidindo como a autoridade outorgante, faria o controle de legalidade agora e
564 não no ato subsequente, quando fosse para publicação. Então só para
565 esclarecer.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Contrário porque, no meu
566 entendimento, já está contemplada no parecer técnico do IGAM a condicionante.”
567 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Jadir (Siamig), contrário, acompanhando a
568 justificativa de voto da Seapa.” Manifestação da Presidência. Presidente Marília
569 Carvalho de Melo: “Eu queria só justificar o meu voto na alteração de
570 condicionante, mesmo que não haja necessidade. Eu previamente consultei à
571 equipe técnica que elaborou, todos participaram dessa consulta, e tanto o Marcelo
572 quanto a Isadora entenderam que a proposta do conselheiro melhorava a redação
573 inicialmente proposta pelo parecer técnico do IGAM. Então dessa forma eu quero
574 justificar o meu voto.” Rejeitada por maioria proposta de recomendação ao IGAM,
575 apresentada pela Universidade Federal de Uberlândia, nos seguintes termos:
576 “Que o IGAM encaminhe a organização de uma comissão de acompanhamento
577 dos efeitos da outorga nos usuários de águas hipotermiais, com a participação
578 desses, na área de abrangência da outorga em questão.” Votos favoráveis à
579 proposta: Prefeitura de São João do Manteninha e UFU. Votos contrários: Seplag,
580 Segov, Secult, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Rio Pomba, Cemig,
581 Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, IABr, CRBio, Abas, Crea, Siamig.
582 Abstenções: Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Santa
583 Bárbara e Demae Uberlândia. Ausências: Seapa, Sede, SES, Seinfra, SEE,
584 Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de
585 Patrocínio, Ministério Público, Instituto Guaicuy, Mover, Abes, UFMG, Uniube,
586 Apas e Angá. Impedimento: SEMAD. Justificativas. Presidente Marília Carvalho
587 de Melo: “Eu vou me colocar impedida para votar porque é uma recomendação
588 ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas, órgão que eu presido.” Conselheira
589 Tuliana Macedo Vasconcelos: “Eu sou contrária. Eu acho que a recomendação
590 que já está prevista na outorga é suficiente. E acho que acaba que burocratiza.
591 Nós temos diversos outros Conselhos e Comitês que podem fazer o
592 monitoramento e acompanhar, sem ter isso previsto escrito assim.” Conselheira
593 Verônica Idelfonso Cunha Coutinho: “Contrária, nos mesmos termos apontados
594 pela conselheira da Seplag.” Conselheira Juliana Oliveira Zenateli: “Contrária, nos
595 mesmos termos das nossas colegas anteriores. Eu acredito que já estão
596 suficientes as descrições, não precisa incluir.” Conselheiro Eduardo Machado de

597 Faria Tavares: “Eu fiquei na sinuca de bico, porque levantei a lebre e depois me
598 senti contemplado. Então me desculpa, Sylvio, eu vou votar contra.” Conselheira
599 Bruna de Souza Otoni: “Eu me abstenho porque não votei já desde o início e não
600 participei. Então continuo me abstenho.” Conselheiro Max Miller Fernandes da
601 Silva: “Favorável por entender que o mecanismo é válido. Eu acho que quanto
602 mais coisas tiver melhor.” Conselheiro Lucas Santana Lopes: “Em concordância
603 com as outras duas abstenções, eu vou me abster mais uma vez.” Conselheiro
604 Felipe Fernandes Guerra: “Eu vou me abster. Caiu a conexão, eu voltei agora.”
605 Conselheiro Luiz Humberto de Freitas Souza: “Em consonância com as
606 abstenções anteriores, eu mantenho me abstenho.” Conselheiro Renato Junio
607 Constâncio: “Contrário.” Conselheiro Antônio Carlos Vidal Barra: “Prefeitura de
608 Rio Pomba é contrária.” Conselheiro Guilherme da Silva Oliveira: “Voto contrário
609 pelos mesmos motivos expostos pela Seplag.” Conselheiro Deivid Lucas de
610 Oliveira: “Voto contrário pelos mesmos motivos expostos pela Faemg, Seplag e
611 outros.” Conselheiro Denes Martins da Costa Lott: “Contrário. Entendo que a
612 proposta, inclusive, está suprimindo competência do Comitê de Bacia
613 Hidrográfica. Deveria passar por lá.” Conselheiro Thiago Salles de Carvalho: “Eu
614 acompanho a Seplag. Contrário.” Conselheiro Francisco de Assis Lafetá Couto:
615 “Contrário. Eu também acho que tira a competência do Comitê da Bacia.”
616 Conselheiro Tales Heliodoro Viana: “Contrário pelos mesmos motivos da Seplag.”
617 Conselheiro Danilo Carvalho de Almeida: “Contrário. Acompanho a justificativa da
618 Seplag.” Conselheiro Marcos Miguel Temponi Godinho: “Contrário, pelos mesmos
619 motivos, pois já contempla.” **9) INDICAÇÃO DE UM CONSELHEIRO PARA**
620 **COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL P2R2 MINAS. Apresentação: Gerência**
621 **de Prevenção e Emergência Ambiental/DIGPA/FEAM.** Foram indicados os
622 conselheiros Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia, e Felipe
623 Fernandes Guerra, da Prefeitura de Santa Bárbara, para representar o Plenário
624 do CERH na Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Respostas Rápidas
625 a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos. **10) PRIMEIRO RELATÓRIO**
626 **DE MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DA GESTÃO DAS ÁGUAS DE**
627 **MINAS GERAIS - ANO BASE 2019. Apresentação: IGAM.** Morel Queiroz e Allan
628 Mota, do IGAM, fizeram apresentação do primeiro relatório de Monitoramento da
629 Governança da Gestão das Águas de Minas Gerais - Ano base 2019. O conteúdo
630 completo da exposição foi disponibilizado no site do IGAM. Manifestações.
631 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Pela riqueza e o quanto esse trabalho é
632 importante para uma avaliação da gestão de recursos hídricos no Estado, eu
633 queria reforçar que todos os conselheiros lessem o trabalho. Nós estamos em um
634 momento de discussão, dentro deste Conselho, da remodelagem. Traz questões
635 absolutamente importantes para repensarmos e aprimorarmos o Sistema de
636 Gerenciamento de Recursos Hídricos. Eu queria mais uma vez, primeiro,
637 agradecer ao Ângelo por todo o apoio que foi dado ao IGAM, desde 2014, na
638 construção dessa institucionalização dos indicadores de governança. Isso reforça
639 o nosso compromisso com a transparência na gestão de recursos hídricos no

640 Estado de Minas Gerais. Existem questões postas, como vocês conselheiros
641 puderam observar, que inclusive servem de referência para avaliação da
642 participação do poder público nos Comitês de Bacia Hidrográfica. Eu queria
643 referenciar esse ponto. Então de fato esse relatório é um compromisso com a
644 melhoria contínua do Sistema e com a transparência da gestão de recursos
645 hídricos. Parabenizar o Allan, o Morel, a Lílian e a Carol, que foram as quatro
646 pessoas que trabalharam durante esse último ano na consolidação de todas
647 essas informações e geraram esse brilhante trabalho ora apresentado.”
648 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi: “Eu queria parabenizar o Allan e toda a equipe
649 que trabalhou com isso, o Morel, pela organização do trabalho, e o Ângelo, com
650 toda a luta que tem historicamente na defesa das águas. Meus parabéns pela
651 apresentação. E por meio de vocês parabenizar todas as pessoas que estiveram
652 envolvidas na elaboração desse relatório. Acho fundamental porque trazer esses
653 aspectos quantitativos são importantes para que nós possamos, inclusive,
654 demonstrar aquilo que sentimos. Nós sentimos que as coisas não estão bem, mas
655 precisamos demonstrar isso e demonstrar com número, apontar aonde estão os
656 gargalos, as falhas e o que é possível fazer para corrigir. Parabéns pela
657 apresentação. Eu vou tomar ciência de todo o relatório agora. E só lamento
658 porque creio que um número reduzido de conselheiros agora tenha visto a
659 apresentação e possa se manifestar a respeito disso.” Conselheiro Marcos Miguel
660 Temponi Godinho: “Eu quero parabenizar o Observatório da Governança das
661 Águas, em nome do Ângelo Lima; o Morel, o Allan e toda a equipe que está por
662 trás desse trabalho maravilhoso. É um indicador, realmente, que não indica bons
663 resultados, mas indica a direção que temos que tomar. Precisamos ler, estudar
664 esse Observatório da Governança para que possamos, através do Conselho,
665 aplicar ações pontuais e bem direcionadas. Parabéns por todo o trabalho,
666 parabéns a toda a equipe. Em nome do Crea, meus parabéns.” Conselheiro
667 Eduardo Machado de Faria Tavares: “Eu faço das palavras do Sylvio e do Marcos
668 as minhas, porém eu abrangeria. Eu acho que, no momento em que vivemos, ficar
669 aqui quase 9 horas diante de um monitor é uma coisa muito difícil. Agora fazer a
670 planilha que foi apresentada, eu acho que de algum tempo para cá a cultura do
671 Sisema vem mudando. Vocês estão trabalhando hoje sobre bases de
672 conhecimento, e isso eu acho que é uma coisa fundamental para qualquer
673 trabalho que seja feito. Ficou demonstrado, mesmo que rapidamente, nós
674 apreendemos como foram concebidas e a forma que foram trabalhadas as quatro
675 dimensões, porém chamam atenção, já de imediato, alguns resultados que foram
676 apresentados, principalmente os de participação e os das ações a serem
677 desenvolvidas. Agora chama mais atenção ainda a defasagem de pessoal. E aí
678 sabemos que não é uma questão circunstancial, é uma questão até estrutural. Eu
679 não vou dizer que concurso vai resolver, a Marília citou o Ministério Público, a
680 academia. Se tivermos uma base de trabalho bem construída e uma base de
681 conhecimento sustentada, eu acho que qualquer academia, qualquer estrutura de
682 ensino e de participação do conhecimento teria interesse em participar de um

683 trabalho como esse, da forma como o Ângelo Lima colocou. Eu não sei qual é a
684 necessidade de se fazer uma validação dos resultados, porque eu acredito na fé
685 dos que participaram desse trabalho. E, portanto, está lançado esse retrato do
686 que é a governança da gestão das Águas em Minas Gerais. Espero que tenha
687 repercussão nos Comitês de Bacia, nas Agências de Bacia e na estrutura de
688 liderança do Executivo no Estado e que reflita nos setores de usuários e da
689 sociedade civil. Eu acho que vocês estão todos de parabéns. Realmente é um
690 trabalho para se bater palma, para se vangloriar e poder não ter nenhum
691 pouquinho, nenhum resquício de que alguma coisa deixou de ser feita. Vontade
692 não faltou, consistência não faltou, persistência não faltou, e o resultado está
693 sendo mostrado para nós agora. Muito obrigado a vocês por terem nos
694 apresentado esse trabalho.” Presidente Marília Carvalho de Melo: “Realmente foi
695 um trabalho de pesquisa bastante grande porque, de fato, começamos a perceber
696 também nesse trabalho que precisamos sistematizar mais algumas informações.
697 Nessa questão de presença de conselheiros, nós tivemos que pegar ata por ata
698 e avaliar, foi um trabalho grande, de fato, e isso nos faz, inclusive, a readequar o
699 nosso processo de acompanhamento dessas informações, que são
700 absolutamente importantes para a gestão. Então é um aprendizado interno, uma
701 informação eterna importante para o gerenciamento de recursos hídricos. E volto
702 a dizer, fico aqui muito feliz porque lá em 2014, na minha primeira oportunidade
703 como diretora geral, eu falei para o Ângelo: ‘Vamos institucionalizar os
704 indicadores’. E hoje apresentamos o resultado desse trabalho.” Thiago Figueiredo
705 Santana/IGAM: “Só para cancelar todo o trabalho que foi feito tecnicamente e
706 que essa revisão das ações que ocorrem dentro das instituições, não só no
707 Estado, mas também nos Comitês de Bacia, dentro das atividades, vai ser motivo
708 de aprimoramento, dentre vários aspectos, até mesmo da nossa DN 41, que
709 trabalha com avaliação dos Comitês de Bacia. Eu queria fazer um comentário
710 genérico para todos e que vocês passassem aos demais: esta reunião é gravata
711 e vai ficar no YouTube 24 horas após a sua conclusão, e quem não pôde
712 acompanhar essa apresentação, por motivos diversos, pode acompanhar a
713 reunião novamente, porque estará disponível. Além de tudo, o material dessa
714 reunião vai estar disponível no site do Conselho.” Conselheiro Denes Martins da
715 Costa Lott: “Uma vez eu fui a um concerto da Orquestra Sinfônica de Minas
716 Gerais, no Parque Municipal, e o maestro Silvio Viegas disse o seguinte: que
717 aquela orquestra era pública e por isso ela estava tocando naquele lugar público.
718 Eu acho que vocês deram hoje uma demonstração do que o setor público, unido
719 ao privado, aos usuários e à sociedade civil, está fazendo. Então por isso eu quero
720 parabenizar vocês. Parabéns a todos.” Conselheiro Luiz Humberto de Freitas
721 Souza: “Eu queria reforçar a fala dos conselheiros. O Eduardo Tavares colocou
722 um ponto que me chamou muita atenção, porque é uma fala que eu pensava em
723 dizer também, que é a questão da repercussão dentro dos Comitês. Isso tem que
724 chegar, de fato, de alguma maneira, aos Comitês. Que seja apresentado aos
725 Comitês com essa riqueza de detalhes como nos foi apresentado agora. E por

726 isso eu parableno também o trabalho do Allan, da SEMAD, de toda a equipe.
727 Estão de parabéns pelo empenho. Nós percebemos pelas matrizes, gráficos,
728 informações que foram apresentadas, isso não é fácil de ser feito, não é do dia
729 para a noite que se desenvolve um trabalho desse, tabula e chega a conclusões.
730 Então mais uma vez parabéns, e espero, sim, que essas informações cheguem
731 às bases para que todos possam ter conhecimento de que os números estão aí e
732 os números não mentem. As informações estão aí, e nós temos muito que
733 melhorar. Porque, sinceramente, dói quando bate na tecla de que está ruim, o
734 tempo todo batendo na tecla de que está ruim. Isso não é legal, vamos melhorar.”
735 Presidente Marília Carvalho de Melo: “Eu sou uma pessoa muito otimista em
736 vários aspectos, então não acho que está tudo ruim, que está tudo errado. Nós
737 fizemos uma discussão grande esses dias, eu, o Allan, o Morel, a Carolzinha, que
738 é uma pessoa que tem orquestrado bem as ações inovadoras no IGAM. Nós
739 fizemos uma discussão grande sobre isso. Isso aqui não é uma avaliação de que
740 está ruim, é uma avaliação de que nós temos momentos e que esses momentos
741 representam o ciclo de crescimento deste Sistema. É um Sistema extremamente
742 jovem, do ponto de vista de política pública. Nós discutimos isso muito com os
743 Planos, também com a questão da participação de todos os Comitês de Bacia
744 Hidrográfica. Então eu não olho para o resultado desse primeiro relatório de
745 governança como um resultado ruim, eu o vejo como um retrato de um momento
746 que muito avançou para chegar ao retrato que é hoje. Porque poderíamos não ter
747 nenhum Plano de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais, nenhum Comitê,
748 participação zero de sociedade civil, de poder público. Mas estamos avançando.
749 E nós vamos voltar aqui para apresentar para vocês como será o ano que vem. E
750 a nossa esperança é que a partir de agora, com essa mensuração, no ano que
751 vem, nós vamos olhar para trás e falar que avançamos ainda mais. Essa é a minha
752 percepção desse relatório, só para dizer que sou otimista sempre.” Lílian
753 Domingues/IGAM: “Eu só queria registrar que divulguei a reunião do Conselho
754 Estadual no grupo dos pontos focais do Progestão. Lá nós temos representantes
755 de todos os Estados do Brasil, então muitos acompanharam a reunião do nosso
756 Conselho, para ter uma ideia de como fazer. Muitos já me deram retorno de que
757 a reunião foi de excelente qualidade. E outros também porque tinham interesse
758 nos resultados, especialmente da dimensão 3, que é esse trabalho de avaliação
759 dos Planos. Mais uma vez estamos tentando e sendo referência também para
760 ajudar nossos colegas em outros Estados.” Presidente Marília Carvalho de Melo:
761 “Eu queria só fazer dois destaques. Um é quanto ao Morel. Quando nós
762 entregamos esse desafio de fazer esse relatório ao Morel, que foi o principal
763 coordenador e organizador desse trabalho, ele pegou esse trabalho com maestria.
764 Eu queria te agradecer, Morel. E ao Allan, que também é um profissional brilhante,
765 e o que trouxe aqui esse resultado é o objeto da conclusão do trabalho dele de
766 pesquisa no mestrado. É muito bom referenciar isso. Nós temos incentivado os
767 nossos servidores para que se qualifiquem. Eu falei para ele que a melhor coisa
768 para um pesquisador é ver o seu trabalho aplicado. Ele aplicou em todo o Estado

769 de Minas Gerais e trouxe esse resultado. Então em nome de vocês dois,
770 especialmente, que foram os nossos servidores que tanto trabalharam, e à Carol
771 e à Lilian, da mesma forma, mais uma vez agradecer.” Ângelo Lima/Observatório
772 da Governança das Águas: “Eu estou hiperemocionado e agradeço a você,
773 Marília, ao Morel, ao Allan e a toda a equipe do IGAM, que materializou um sonho
774 que começa em 2005, quando começamos a discutir a necessidade de
775 monitoramento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
776 Vocês materializaram aplicando as dimensões pensadas. E tem uma questão que
777 é fundamental nesse aprendizado, imagino como que vocês, internamente,
778 aprenderam no processo de coleta de dados e no olhar para identificar, inclusive,
779 que melhorias na cultura de coleta de dados, porque no Brasil temos essa grande
780 dificuldade. Ainda é um grande desafio obter os dados no Brasil. Quando vamos
781 fazer pesquisa, sempre falamos que o dado bom é aquele que nós encontramos,
782 nem sempre é o melhor, nem sempre é o ideal. Um fato é que, ao institucionalizar
783 o monitoramento da governança, tem que se ter a compreensão de que é um
784 processo. Como vocês lá atrás já deliberaram sobre a criação disso, não tem mais
785 volta, só está começando, isso é apenas a primeira ponta, e isso que você falou
786 é fundamental: o indicador retrata o momento, não devemos olhar o número frio,
787 mas, sim, olhar como um processo. E esse processo faz parte dele agora, e o
788 importante agora é que esta Comissão, por exemplo, análise os resultados desse
789 primeiro relatório para identificar quais são os gargalos, inclusive, e talvez
790 identificar aqueles gargalos prioritários para ser enfrentados no caso da gestão
791 de recursos hídricos em Minas Gerais. Eu falo que governança às vezes passa
792 invisível, mas, por exemplo, quando você tem esse índice do tamanho da
793 capacidade e do número de funcionários e a porcentagem baixa que se tem em
794 relação a isso, muitas vezes a sociedade brasileira e nós todos discutimos o
795 tamanho e a capacidade do Estado e muitas vezes colocamos o carro na frente
796 dos bois, quando às vezes falamos ‘o Estado é muito grande, o Estado é muito
797 pequeno’. Não vamos resolver isso na gestão de recursos, mas esse índice
798 mostra claramente que precisamos, no caso de Minas Gerais, aumentar a
799 capacidade do Estado para poder dar conta da gestão de recursos hídricos. Então
800 está inaugurado o processo, com esse primeiro relatório, ainda mais, é um
801 processo, e é fundamental ‘fechar’ o ciclo dele. Quer dizer, ‘fechar’ entre aspas,
802 ou seja, a partir dos resultados desse relatório, fazer uma análise para identificar
803 quais são os gargalos, os maiores gargalos, de repente, e ter ações efetivas para
804 resolver esses gargalos. Obrigado a vocês, parabéns ao Allan, ao Morel e a todos
805 que trabalharam internamente nesse relatório. Nós só agradecemos. O
806 Observatório da Governança das Águas está à disposição. Temos o nosso
807 protocolo também fruto de todo esse debate sobre indicadores e pode ser utilizado
808 tanto pelos Comitês quanto pelos órgãos gestores. Estamos à disposição. Muito
809 obrigado por esta grande oportunidade. Belíssimo trabalho.” Presidente Marília
810 Carvalho de Melo: “Eu não posso deixar de citar uma pessoa que também teve
811 um papel importante no início dessa construção, que é o nosso colega Rodrigo

812 Mundim, que acompanhou muito de perto esse processo. Em determinado
813 momento, ele foi para a Gerência de Planos, e o Morel assumiu a coordenação.
814 Mas, Rodrigo, se você estiver nos vendo, também o nosso agradecimento por
815 toda a contribuição nessa construção que você fez.” **11) ASSUNTOS GERAIS.**
816 Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares: “Como já é talvez de
817 conhecimento público a questão do Germano e talvez esta seja a última reunião
818 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos na qual ele ainda responde pelo
819 Sisema e pela Secretaria, eu gostaria, através de você, Marília e de todos os
820 técnicos que estão no seu entorno e aqueles que participam, como o Morel, deixar
821 um abraço ao Germano e o reconhecimento pelo trabalho que ele desenvolveu.
822 Começou como uma abelha sozinha, e foi se fazendo uma verdadeira colmeia no
823 Sisema. Eu acredito que uma boa parte dessa cultura que hoje nós estamos
824 assistindo vem até mesmo da sua própria visão de gestor público. Não só então
825 agradecer como desejá-lo sucesso nesta nova empreitada a que ele está se
826 dispondo e deixar o nosso parabéns para que a equipe inteira mantenha essa
827 unidade que nós temos presenciado e essa afinidade de coerência de
828 pensamento e da cultura que hoje existe no Sisema.” Presidente Marília Carvalho
829 de Melo: “Muito obrigada, será levada a sua mensagem ao secretário Germano.
830 Nós também sentimos muito a decisão dele, mas é uma decisão dele, de novos
831 rumos, e com certeza o legado que ele deixa será importante para esse
832 aprimoramento contínuo, que tal qual os indicadores, nós vemos, um processo de
833 melhoria contínua.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a
834 serem tratados, a presidente Marília Carvalho de Melo agradeceu a presença de
835 todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Ata aprovada na 122ª RE CERH-MG de 17/11/2020

Marília Carvalho de Melo
Presidente do Plenário do CERH